

## REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE<sup>1</sup>

Salvador Dal Pozzo TREVIZAN<sup>2</sup>

**RESUMO:** Que respaldo teórico ou empírico suportaria a denúncia de que o movimento de luta pela terra representa ameaça ambiental? Discute-se a questão do ponto de vista teórico e apresenta-se uma proposta metodológica para avaliar riscos de degradação ambiental em assentamentos de reforma agrária. Parte-se do pressuposto de que, no assentamento, tais riscos podem sofrer influências do movimento propriamente dito, das características específicas do assentamento, do contexto sociocultural onde se localiza o assentamento e das características pessoais dos assentados. Portanto, ter-se-á que analisar os efeitos ambientais nessas quatro dimensões, a fim de separar o que é devido ao movimento de luta pela terra, e o que é devido a outros fatores. Toma-se como um referencial empírico a região do cacau no litoral Sul da Bahia. Conclui-se, preliminarmente, que se neste caso os assentamentos de reforma agrária representam risco ambiental, não há evidências de que o risco seja maior do que representa a terra na posse de outras categorias de produtores. Mesmo que esta conclusão não venha se confirmar em outros contextos, o que está sendo posto à discussão é uma proposta metodológica para se avaliar o problema em âmbito nacional.

**TERMOS PARA INDEXAÇÃO:** Risco Ambiental, Luta pela Terra, Mata Atlântica, Região Cacaueira.

## AGRARIAN REFORM AND THE ENVIRONMENT

**ABSTRACT:** What kind of theoretical and empirical argument can support a denounce that landless movements represent environmental threat? A methodological scheme to analyze environmental risks due to landless movements is the aim of this paper. The starting point is that environmental risks in a settlement area may be affected by the landless movement itself, by specific characteristics of each settlement, by the socio-cultural environment where settlement lies, and by personnel characteristics of the settled people. Therefore, in order to evaluate what is due to the landless movement and what is due to other factors, one needs to take into consideration those four dimensions. The cocoa region, at the Southeast Cost of the State of Bahia is taken as an empirical evidence. A preliminar conclusion, for this case, is that environmental risks on settlement of agrarian reform are not higher than would represent land under control of other category of land owner. Even though such a conclusion may not be true for other environments, the main point of this paper, however, is to raise a discussion regarding a methodological proposal for analyzing environmental risks due to struggle movements for land, at the national level, in Brazil.

**INDEX TERMS:** Environmental risks, landless movement, cacao region, Atlantic Forest.

<sup>1</sup> Aprovado para publicação em 17.03.2000

<sup>2</sup> Bacharel em Filosofia, Doutor em Sociologia pela Universidade de Wisconsin. Pesquisador da Seção de Socioeconomia do Centro de Pesquisas do Cacau/CEPLAC, Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais.

## 1 - INTRODUÇÃO

Por volta de 1995 e 1996, passou-se a observar a existência de uma possível associação entre a crise do cacau e a proliferação dos grupos de trabalhadores rurais em luta pela conquista da terra no Sul da Bahia. A simultaneidade desses dois fenômenos, paralelamente ao espaço político e social que o movimento dos sem-terra passou a ocupar no cenário nacional e às emissões de posse que o Governo vinha concedendo às áreas ocupadas, fez que com vozes da região denunciasses o movimento de ameaça ambiental para o ecossistema da Mata Atlântica regional, o qual se mantivera graças ao cultivo do cacau<sup>3</sup>

A denúncia de que os assentamentos de reforma agrária representam ameaça ao meio ambiente leva de imediato a duas lógicas rivais na explicação da relação homem-natureza. Stonich (1987) destaca a lógica de economistas neoclássicos, também caracterizada como conservadora, e a lógica da ecologia política. Na primeira, os pequenos produtores são considerados mais propensos a degradar o ambiente devido a características pessoais como a aversão a novas técnicas, insistência a hábitos e práticas tradicionais, particularmente no manejo do solo. Neste caso, a degradação estaria associada ao fato dos assentamentos serem constituídos de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Na segunda, argumenta-se que a degradação ambiental dos pequenos produtores não se explica pelas características pessoais dos mesmos, mas pela expansão do sistema capitalista que os força à exploração sempre mais intensa de menores áreas e de solos marginais, obrigando, desta forma, a

degradação ambiental. A diferença entre esta perspectiva e a anterior está na origem do problema: na primeira, a causa do problema está nas características pessoais dos produtores, enquanto que na segunda, a causa do problema está na dinâmica do sistema. Assim, tanto numa quanto noutra, os pequenos produtores representariam maior risco ambiental do que grandes produtores, variando apenas na compreensão de tal processo. Entende-se, entretanto, que ambas abordagens não focalizam adequadamente o problema.

O fato de grandes proprietários disporem de mais recursos tecnológicos não implica, necessariamente, em maior conservação dos recursos, pois a chamada tecnologia moderna (mecanização, herbicidas, pesticidas, mutação genética, etc.) não foi desenvolvida considerando a questão ambiental, mas a acumulação de capital. Por esta razão, contrariando a lógica conservadora, é de se esperar que os maiores riscos à degradação do solo, da vegetação e de animais intoxicados por defensivos agrícolas estariam nas grandes plantações, altamente tecnificadas, não entre pequenos proprietários com agricultura descapitalizada.

O argumento de que o uso intenso do solo via cultivos intercalados (consorciados), típico de pequenos produtores, gera esgotamento do solo, também não se sustenta quando se trata de uma combinação adequada, como aquela em que um cultivo repõe no solo o que outro absorve. A degradação só resulta da má combinação de cultivos e do manejo inadequado do solo. Uma vez conhecidas as alternativas possíveis de combinação, vale

<sup>3</sup> A este respeito, veja-se o discurso de líder de cacauicultores e pecuaristas da região, por ocasião o Workshop *Agronegócio Cacau*, promovido pelo CNPq e EMBRAPA, em setembro de 1997, em Ilhéus, BA

com os recursos naturais visando as necessidades humanas. Craig (1990) coloca que, segundo alguns autores, isto corresponderia a uma abordagem tecnocrática sobre a natureza. Para se superar a exploração ambiental, ter-se-ia que desenvolver valores ambientais ecocêntricos, onde os seres humanos fazem parte da ordem natural, sem o direito de se colocarem como dominadores do mundo, típico de uma abordagem tecnocêntrica.

A consciência ambientalista do movimento se materializa na política e projetos de preservação dos recursos naturais existentes, de regeneração de recursos degradados, nos projetos agrícolas e nas práticas e hábitos individuais do dia-a-dia, ao nível de assentamentos e de assentados.

As especificidades do assentamento exercem papel relevante no processo de sua degradação ou preservação ambiental. As características físicas (topografia, solo) do assentamento, sua história, os conflitos entre assentamento e os diferentes atores sociais, sua organização, como o processo de tomada de decisão dentro do assentamento e o uso coletivo ou individualizado da terra exercem substancial influência nas relações que os assentados mantêm com os recursos naturais do assentamento. Áreas com topografia fortemente acidentada ou com solos pobres, por exemplo, tendem a sofrer mais facilmente um processo de degradação. Da mesma forma, o processo histórico pode determinar diferentes níveis de degradação dos recursos naturais do assentamento. Um processo demorado e conflituoso, por exemplo, permitirá maiores chances de degradação do que um processo rápido e pacífico. Quanto ao processo de decisão interna, este revela autonomia ou nível de democracia nas decisões, e indica o grau de

dependência / independência do assentado nas suas relações com os recursos naturais, no que se refere às práticas agrícolas.

O contexto sócio cultural interfere sobre as práticas que ocorrem no dia-a-dia do assentamento. À medida em que os assentados refletem condições regionais, carregam consigo os valores, os hábitos, as práticas agrícolas e as formas comuns na região de se relacionar com o ambiente. Neste particular, assemelham-se a outras categorias de produtores.

O dimensionamento dos riscos ambientais devidos ao assentado, independentes do movimento, deverá considerar as condições sociais de cada assentado, tais como nível de escolaridade e procedência rural/urbana, a experiência profissional do assentado, seu "background" familiar, o envolvimento institucional ou associativista do assentado, os quais definem hábitos de trabalho e procedimentos diários, fazendo com que os assentados sejam, em maior ou menor grau, preservadores ou degradadores do meio ambiente, onde quer que estejam. O nível de escolaridade define um nível de acesso à informação em geral, inclusive sobre a questão ambiental. Por sua vez, a preocupação ambiental no setor urbano tem se desenvolvido antes do que no setor rural, em função da maior pressão sobre certos recursos, em grande parte motivada pelo desenvolvimento industrial, como a poluição do ar, poluição sonora, poluição das águas, etc., formando, assim, uma consciência ambiental maior entre os que procedem do meio urbano. A experiência de trabalho, assim como o envolvimento com grupos ou instituições sociais de caráter conservacionista afetam as relações que o indivíduo pode ter com outros componentes ambientais.

Em síntese, conhecida a orientação geral do movimento com relação aos recursos naturais, as características específicas do assentamento<sup>4</sup> o ambiente sociocultural no qual se localiza o assentamento, e as características socioculturais do assentado - dentro dos condicionantes estruturais comuns a todos os assentamentos e a todos os assentados - haverá de se detectar a consciência e

prática ambientalistas existentes nos assentamentos, as quais definem condições possíveis de degradação ou conservação/preservação ambiental (Quadro 1). Desta forma, neste trabalho, é menos importante a conclusão a que se chega quanto aos riscos de degradação ambiental em função da luta pela terra, do que a proposta metodológica para se analisar o problema.

QUADRO 1 - Esquema Analítico dos Riscos de Degradação Ambiental em Assentamentos de Trabalhadores Rurais.

| Nível de Análise                         | Dimensão de Análise  | Procedimento  |
|--|--|---|
| A Organização/<br>O Movimento            | Filosofia, valores, ideais do movimento  | 1. Análise de documentos e publicações formativos do movimento  |
| O assentamento                           | 1. A consciência ambiental no assentamento;<br>2. Projetos (agrícolas, de regeneração/preservação, outros projetos);<br>3. Características físicas do assentamento;<br>4. Histórico do assentamento;<br>5. Processo de tomada de decisão no assentamento | 1. Análise do discurso entre lideranças e outros assentados (entrevistas);<br>1. Análise dos documentos (projetos);<br>1. Descrição da topografia;<br>2. Análise da qualidade do solo;<br>3. Análise da qualidade dos cursos d'água;<br>1. Período entre ocupações e emissão de posse;<br>2. Situação do conflito no processo;<br>3. Registro de ocorrências de agressão ambiental no período (derrubadas, queimas, etc.)<br>1. Análise da trajetória que vai desde a liberdade de expressão de opiniões individuais até a escolha por uma determinada opinião. |
| O ambiente sociocultural do assentamento | 1. Práticas agrícolas de degradação ambiental recomendadas e comumente praticadas no contexto ambiental.   | 1. Observação de práticas (derrubadas, queimadas, etc) em fazendas que circundam o assentamento;<br>2. Identificar práticas recomendadas (uso de agrotóxicos, sistema sanitário, práticas com o lixo, etc).   |
| O assentado                              | 1. Características socioculturais do assentado.  | 1. Identificar a escolaridade formal do assentado e seus familiares;<br>2. Identificar o percentual de adultos analfabetos no assentamento;<br>3. Identificar a procedência rural / urbana e a região de onde procede o assentado;<br>4. Identificar a experiência profissional do assentado;<br>5. Identificar as relações institucionais do assentado;  |

<sup>4</sup> Incluem-se nesta categoria também os acampamentos, desde que mantenham vínculos organizacionais com algum movimento de luta pela terra.

## 2 – MATERIAL E MÉTODO

A orientação filosófica do movimento, quanto às questões ambientais, foi analisada a partir de textos produzidos por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e divulgadas em publicações avulsas ou declarações de manifestantes, publicadas em periódicos de nível nacional, editados pelo próprio movimento.

Em nível de assentamentos e de assentados, as observações foram realizadas a partir de uma amostra de seis dos dez assentamentos atualmente existentes - Terra à Vista

(municípios de Arataca), Nova Ipiranga (município de Camacan), Loanda (município de Itajuípe), S. Marcos I, S. Marcos II e Tancredo Neves (município de W. Guimarães) - e dois acampamentos - Cantagalo (município de Travessão) e, Rodagem (município de W. Guimarães) - todos localizados no litoral Sul da Bahia e orientados pelo MST. A referida região (Figura 1) abrange a área central de produção de cacau do Estado que produz mais de 80% do produto no País. Em quatro dos seis assentamentos, e nos dois acampamentos selecionados, existem plantios de cacau (Tabela 1).



Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia com os Assentamentos e Acampamentos da Amostra Estudada, na Região do Cacau.

Tabela 1 - Assentamentos e acampamentos orientados pelo MST, localizados no litoral Sul da Bahia, com área total, área atual de cacau e área de reserva – out./1997.

| Assentamento/<br>acampamento | Área<br>total<br>(ha) | Área<br>de<br>cacau (ha) | % em<br>relação à<br>área total | Área (ha)<br>de<br>reserva | % em<br>relação à<br>área total | % de<br>reserva<br>total* |
|------------------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Loanda                       | 410,8                 | 100,0                    | 24                              | 20,0                       | 5                               | 29                        |
| Mariana                      | 670,0                 | -                        | -                               | 134,0                      | 20                              | 20                        |
| Nova Ipiranga                | 887,9                 | 50,0**                   | 6                               | 192,5                      | 22                              | 28                        |
| Novo Horizonte               | 2 498,0               | -                        | -                               | 500,0                      | 20                              | 20                        |
| Rodotec                      | 1 567,0               | -                        | -                               | ***                        | ***                             | ***                       |
| Sta. Luzia                   | 386,3                 | -                        | -                               | 77,2                       | 20                              | 20                        |
| S. Marcos I                  | 1 215,0               | 105,0                    | 9                               | 243,0                      | 20                              | 29                        |
| S. Marcos II                 | 631,5                 | -                        | -                               | 126,0                      | 20                              | 20                        |
| Terra a Vista                | 904,0                 | 192,0                    | 21                              | 151,2                      | 16                              | 37                        |
| Tancredo Neves               | 631,5                 | -                        | -                               | 192,7                      | 20                              | 20                        |
| Cantagalo⊥                   | ***                   | ***                      | ***                             | ***                        | ***                             | ***                       |
| Rodagem⊥                     | 833,0                 | ***                      | ***                             | ***                        | ***                             | ***                       |

Fonte: Escritório Regional do MST em Itabuna, BA. Projetos de Financiamento encaminhados ao Banco do Nordeste em Itabuna.

\* O conceito de reserva florestal leva em consideração o que está previsto pelo Código Florestal de 1965.

\*\* Seca e fogo em dezembro/94-janeiro/95 reduziu a área original de 230,0 ha para 50,0 ha.

\*\*\* A área está para ser dimensionada pelo INCRA.

⊥ Na época da pesquisa, tratava-se de um acampamento.

- Não existe cacau nos referidos assentamentos

A opção pelos assentamentos/acampamentos orientados pelo MST deve-se ao fato de ser esta a organização ligada ao movimento dos sem-terra, atualmente, mais bem estruturada e de maior expressão no âmbito nacional.

Para detectar a consciência ambiental nos assentamentos e as práticas dos assentados, utilizou-se da entrevista semi-estruturada com lideranças nos assentamentos e outros assentados. Para os primeiros, direcionaram-se perguntas relativas ao uso da terra na área, antes e depois de ser ocupada e no futuro. Para os demais assentados, além das questões do uso atual e futuro da área que cultivam, questionou-se sobre o processo decisório no uso da terra, suas condições sociais, através do estado civil, idade, número de dependentes, nível de

escolaridade, procedência (rural ou urbana) e área que tinha disponível para cultivo. Foram feitas também observações de campo, nas roças dos próprios assentados entrevistados, para verificação das suas práticas em termos de conservação ou degradação ambiental.

Foram entrevistados 12 assentados que ocupam cargos de liderança, tais como presidente e tesoureiro de cooperativa, diretor de produção, diretor de esporte, membro da coordenação regional, técnico agrícola, engenheiro agrônomo, etc., nos vários assentamentos, e 20 outros assentados, selecionados de forma sistemática. A extensão da amostra foi sendo definida em função da necessidade de informação que permitisse identificar a existência de condições possíveis

de degradação ou conservação ambiental, devidos à organização do movimento em si, às condições do assentamento ou devido às características pessoais do assentado.

Analisaram-se ainda os projetos de captação de recursos para programas de desenvolvimento agroindustrial nos assentamentos, já aprovados ou sendo submetidos aos agentes financeiros, buscando encontrar neles indicadores do interesse do movimento com a questão ambiental.

### 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 - O DISCURSO AMBIENTALISTA DO MOVIMENTO

Depreende-se dos documentos do MST que se trata de um movimento cuja bandeira de luta não se resume no acesso à terra. Além da luta pela terra como habitat e como bem de produção capaz de viabilizar melhoria da qualidade de vida, o movimento luta por uma redistribuição (mais igualitária) no acesso à terra em nível nacional e por uma transformação desta mesma sociedade, através do socialismo, definido, por vezes, como uma distribuição mais igualitária dos bens e dos benefícios sociais disponíveis, visando, finalmente, elevar a um novo patamar a qualidade de vida para as massas. Interessa ao MST legitimar-se perante a sociedade como uma organização cujas propostas produtivas sejam economicamente viáveis e cujas propostas de organização social sejam socialmente viáveis. Através da sua direção nacional, o Movimento advoga “a organização e conquista de três objetivos: terra, implantação da Reforma Agrária e mudanças sociais no país” (Caldart, 1997, p. 9). Trata-se de uma organização e de um movimento social que

parte da redistribuição fundiária como bandeira de luta para melhoria das condições de vida das categorias sociais oprimidas, especialmente daquelas que dependem da terra para construir seu espaço sociocultural e sua cidadania.

Qualidade de vida, nos dias atuais, não pode ser concebida sem que se considere a questão ambiental. A valorização e conseqüente reconhecimento da necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais se expressa quando o Movimento, através de sua direção, desaprova o modelo de desenvolvimento tecnológico adotado no país, importando tecnologia com efeitos perversos incontroláveis sobre os recursos naturais disponíveis (MST, 1997, p. 30). Preconiza explicitamente a “preservação e recuperação dos recursos naturais, como solo, águas e florestas” (MST, 1997, p. 34) ao definir o tipo de reforma agrária que deseja. Enfim, as Normas Gerais do MST estabelecem que “em cada assentamento, se deverá respeitar a manutenção dos 20% da área de florestas nativas em área contínua, como preservação natural, e contribuir para evitar a destruição predatória da fauna e floresta existente no assentamento” (SEM Terra, 1997/98).

O discurso ambientalista não se restringe à cúpula do MST. Alhures aparecem declarações da base a esse respeito. “Com manejo sustentado, agroecologia, organização e trabalho coletivo seguimos ocupando, resistindo, produzindo e preservando... Veneno não entra em nossas lavouras”, declaram agricultores sem-terra em Santa Catarina (SEM terra, 1997). Tais manifestações localizadas expressam fortes componentes étnico-culturais, ao mesmo tempo em que repercutem no Movimento e nos hábitos dos seus integrantes, nacionalmente.

Portanto, no que diz respeito à filosofia que orienta as ações do MST, a expectativa é de que as ações nos assentamentos tendam a ser ambientalmente suaves, visando elevar, socializar e prolongar a qualidade de vida tanto no campo quanto na cidade. Resta, porém, avaliar como a filosofia do Movimento se estende, em nível de discurso e de prática, aos assentamentos e assentados.

### 3.2 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO

Os depoimentos dos entrevistados revelam que os assentamentos constituem um braço da organização, no caso do MST, e a base material de uma proposta de organização social. Embora o sonhe nos assentamentos como formas concretas de uma sociedade socialista, freqüentemente caracterizada como antidemocrática no mundo capitalista, o dia-a-dia dos assentamentos revela que se trata, na verdade, de miniaturas de sociedades democratizadas, onde a voz da coletividade decide os rumos da comunidade (o assentamento). As observações indicam, portanto, que a organização social do assentamento não pode ser caracterizada nem como do tipo socialista puro, onde a individualidade é massacrada, nem tampouco do tipo capitalista, onde a individualidade é sacralizada.

Uma análise do processo de tomada de decisão mostra que o coletivo e o individual convivem no mesmo assentamento. A depender do ano de sua formação, predomina uma ou outra característica: individualidade nos mais antigos, ou coletividade nos mais recentes.

Esta realidade faz com que, muitas vezes, os assentados vacilem na percepção do mecanismo de decisão. Questionados sobre o assunto, 50% vêm-se com autonomia individual no processo decisório. Mas é nas entrevistas com as lideranças que se pode identificar a complexidade do processo decisório. Pode-se reconhecer que o individual e o coletivo se complementam, mas com dominância do coletivo, num processo democrático. No uso da terra, por exemplo, os plantios se dividem em coletivos e individuais. Os coletivos (vinculados à cooperativa) são necessariamente resultantes de decisões e ações coletivas. Os plantios individuais, parcialmente, resultam de decisões coletivas, com ações individuais - é o que ocorre com os plantios vinculados a projetos financiados para produtos direcionados para o mercado; e, parcialmente, de decisões e ações formadas ao nível dos indivíduos, no caso de plantios para consumo familiar.

Aos assentados é também dado o direito de optar ou não pela participação nos projetos coletivos. Poucos são os casos em que o assentado prefere atuar isoladamente, ficando totalmente desligado dos plantios coletivos e dos projetos financiados coletivamente. Em tais casos, as razões para esta opção são diversas, mas que podem ser resumidas no descrédito da vida coletiva. "Não dá mais terra pro projeto... é melhor desistir dele", argumenta um assentado (52 anos), no S. Marcos I. No mesmo assentamento, outro assentado (47 anos) quer que sua casa seja construída em cima de sua terra (não na agrovila). "Quem vai tomar conta dos plantios?" questiona ele. Nestes casos de vivência praticamente isolada, o risco de agressão ambiental é mais fortemente influenciado pelas características pessoais do assentado. Em tais circunstâncias, a degradação nada tem a ver com o Movimento.

O coletivo e o individual, portanto, convivem na mesma organização, embora a dinâmica do assentamento tenda a mover-se por empreendimentos de natureza coletiva, na perspectiva de que esta seja a única estratégia acessível aos trabalhadores do campo e pequenos proprietários rurais conviverem num nível razoável de dignidade humana, para uma sociedade desequilibradamente competitiva. A consideração deste complexo processo de decisões nos assentamentos deve ser considerado para se entender as relações dos assentados com os recursos naturais que compõem o ambiente. À medida em que cresce o poder da coletividade na tomada de decisões, aumenta a interferência do Movimento na prática dos assentados, definindo, inclusive, expectativas na relação homem-natureza.

### 3.3 - O DISCURSO AMBIENTALISTA NOS ASSENTAMENTOS

A análise do discurso nos assentamentos revela uma consciência ambiental que se manifesta na preocupação com a preservação da mata, conservação dos rios e nascentes. Tal sensibilidade foi explícita na linguagem dos entrevistados, em cinco dos seis assentamentos e nos dois acampamentos visitados. Esse interesse tem sido expresso em diversas áreas, em termos como “pretende-se preservar todas as matas; nosso interesse (em derrubar) está nas capoeiras”. A não ser em caso de necessidade, “não se permite que derrubem capoeiras sem que a área seja cultivada. Os indivíduos (assentados), às vezes, derrubam nas nascentes, mas a gente (lideranças) pede pra plantar mais. O difícil, porém, é arranjar mudas por aqui”.

Quanto à exploração de madeira, existe a orientação de protelar ao máximo tal prática, para uso doméstico. Quanto à exploração comercial, é simplesmente vedada. Numa área, vários depoimentos foram obtidos neste sentido. “Quando se tem necessidade de madeira, procura-se aproveitar o que está seco. Não se permite exploração de madeira para fins comerciais”. “Muita madeira foi tirada pelo proprietário, mesmo depois de ocupada a área, até que, finalmente, chegou-se a um acordo para que não se tirasse mais. Depois disso, fazendeiros vizinhos quiseram explorar madeira em suas fazendas, passando pelo assentamento, mas foi negado para evitar que acusações maldosas jogassem a opinião pública contra o Movimento”. “Se a gente não cuidar do meio ambiente, é a gente mesmo que se ferra”. Noutra área, afirmou-se que “quando o proprietário viu que a questão da propriedade da terra estava perdida, mandou tirar madeira. Várias vezes pegamos trabalhadores dele tirando madeira e estacas, até que, finalmente, pararam... O reflorestamento é o que mais preocupa”.

### 3.4 - A PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS DO ASSENTAMENTO

Considerando os projetos para as áreas amostradas, em quatro delas existem plantios de cacau (Quadro 1). Segundo declaração dos engenheiros agrônomos responsáveis pela produção agrícola e conforme dados explicitados nos próprios projetos, toda a área de cacau existente nos assentamentos será mantida, apesar do elevado nível de infecção da VB na região central do cacau, entre os rios Pardo e o Contas (Figura 1).

Há uma recomendação técnica para que áreas de cacau, em estágio avançado de infecção, sejam substituídas por outras atividades. Tal recomendação respalda-se numa segunda orientação que estimula a diversificação das atividades produtivas da região. Mas a possibilidade de recuperação dos plantios através da clonagem (enxertia), técnica recentemente desenvolvida para o cacau, viabiliza a conservação dos plantios, mesmo em estágio avançado de infecção. Acreditam então os técnicos do Movimento que a formação de uma área demonstrativa, através da clonagem, se bem sucedida, permitirá conservar as áreas atuais de cacau implantado sob mata raleada (cabruca). De qualquer forma, o que se pode prever é que, nos assentamentos, as áreas de cacau seguirão a tendência regional, abrandada pela consciência conservacionista do Movimento.

Quanto às áreas de reserva, dois assentamentos indicados no Quadro 1 (Loanda e Terra a Vista) têm área de floresta inferior aos 20% da área total, exigidos pelo Código Florestal. Mas, ao se considerar as áreas de cacau, as quais se constituem maciços de porte arbóreo, as áreas de reserva florestal daqueles dois assentamentos atingem 29% e 37%, respectivamente, ultrapassando, assim, as exigências mínimas do instrumento legal.

Além dos projetos agrícolas, informa-se que um projeto de restauração de mata de nascentes e margens do rio Aliança que atravessa o assentamento Terra à Vista já está encaminhado. Para o mesmo objetivo, um viveiro para produção de mudas de essências florestais está em andamento naquele assentamento.

Assim, considerando-se o interesse em manter as áreas de cacau, áreas de reserva e restaurar áreas degradadas, a questão ambiental do Movimento não pode ser encarada como um discurso vazio, mas uma preocupação em vias de tornar-se realidade no âmbito regional. Entretanto, a obstinação em legitimar o Movimento pela viabilidade econômica da organização social proposta, em muitas situações, a lógica do PRODUZIR pode predominar à lógica conservacionista / preservacionista, colocando as necessidades de curto prazo e a sobrevivência do elemento humano no centro das preocupações. Neste sentido, predomina a concepção de que os recursos naturais estão a serviço do ser humano, e a preservação dos mesmos deve ser mantida em função de tal preocupação.

Além do que está expresso nos projetos agroindustriais, ações concretas do Movimento em favor da conservação da qualidade ambiental têm sido mencionadas pelos técnicos, como a utilização de profissionais para avaliar as condições físicas das áreas cultivadas pelos assentados e, a partir disto, proceder a orientação nos cultivos individuais ou coletivos. A análise do solo foi parte de tal avaliação. Os assentados têm sido também orientados a plantar o abacaxi em curva de nível (seguindo o contorno do relevo, ao invés de plantar em carreiras de cima para baixo do terreno) para evitar a erosão do solo nas áreas em declive. No caso do plantio do café, obedecer-se-á um sistema semelhante à cabruca do cacau, mantendo uma densidade de 40 árvores por hectare. No assentamento Terra à Vista, "selecionou-se uma área onde houvesse menos madeira nativa" para aquela atividade.

Embora a consciência de conservação ambiental esteja fortemente presente nos assentamentos do MST, a maioria das ações conservacionistas acima descritas ainda não é uma realidade generalizada; tais ações vêm se concretizando, especialmente, nos assentamentos Terra à Vista e Loanda, onde o Movimento vem se estruturando, efetivamente, e que servirão de modelo para outros assentamentos, assim como para toda a sociedade regional. Provavelmente, não levará muito tempo para que os assentamentos se transformem em pólos de irradiação de desenvolvimento, combinando a preocupação ambiental e social com a necessidade de produção agrícola e agroindustrial.

### 3.5 - OS DESAFIOS

Apesar da consciência ambiental conservacionista que predomina a orientação do Movimento e o discurso observado nos assentamentos pesquisados, alguns desafios ambientais persistem.

Conforme já referido, o desconhecimento ou desinformação pode constituir-se em fonte de degradação ambiental. Admite-se que o conhecimento esteja positivamente relacionado com o nível de escolaridade dos atores sociais e, desta forma, o nível de escolaridade pode ser um indicador do nível de risco ambiental, num determinado contexto social. Da amostra de entrevistados, 28% declararam não ter tido acesso à escola (analfabetos). Isto indica haver uma parcela de risco ambiental nos assentamentos, decorrente não do Movimento, mas de uma característica pessoal dos

assentados: o elevado índice de analfabetismo absoluto, isto é, sem ter tido acesso à escola e sem as habilidades mínimas de escrita e de leitura. Tal risco, entretanto, existe em escala inferior ao de âmbito regional, onde 49% da população total e 77% da população rural com 5 anos ou mais, eram analfabetas em 1991 (Anuário Estatístico da Bahia, 1995). Este falso consolo com relação aos assentamentos representa, na verdade, um duplo compromisso da sociedade e das instituições de ensino: vencer o analfabetismo e elevar o nível de escolaridade não apenas nos assentamentos de reforma agrária, mas em toda a sociedade regional.

As derrubadas e queimadas são outros desafios concretos a superar entre os assentados. Tais problemas estão parcialmente associados às especificidades do assentamento e às características pessoais dos assentados, mas, também, ao contexto sociocultural onde se localiza o assentamento, sem se falar dos condicionantes estruturais relacionados ao cultivo da terra.

Ainda com relação às derrubadas e queimadas nos assentamentos e acampamentos, argumenta-se que só acontecem em capoeiras ralas. Este conceito, entretanto, está longe de ser bem definido pelos assentados, e vai de encontro à legislação ambiental mais recente. Derrubadas em terrenos com declividade entre 25° e 45° contrariam também a legislação mais antiga.<sup>5</sup>

Quem depende da terra como bem de produção para sobrevivência e construção de vida com dignidade não tem outra opção a não

<sup>5</sup> Art.10 do Código Florestal de 1965, instituído pela Lei 4.771/BR, de 15.09.65.

ser preparar a terra para o cultivo. Isto seria inviável sem derrubar a vegetação primária existente, a menos que se ofereçam formas de obter renda e alimentos da vegetação sem derrubá-la, ou formas de cultivar a terra sem derrubar a vegetação primária. Isto parece pouco viável, embora a prática da derruba da vegetação primária ou em regeneração venha sendo social e legalmente sempre mais questionável<sup>6</sup>, pelo menos para algumas regiões.

O uso do fogo, além de ser uma questão econômica, é também uma questão cultural. O fogo é visto como um instrumento de limpeza e de remoção de uma série de empecilhos que, para o trabalhador rural, representam agressão e ameaça no local de trabalho e no ambiente em que vive. É assim que ele vê um tronco ou pau caído no meio da área que cultiva; é assim que vê o mato que cresce; é assim que vê os insetos e animais peçonhentos que podem estar escondidos na galhada ou ervas que crescem na área que cultiva. O fogo traz a tranquilidade da limpeza e remoção das ameaças do ambiente agressivo ao trabalhador. O resultado desta cultura é uso desnecessário e inconseqüente do fogo. Mas este aspecto cultural pode ser tratado através da educação, colocando-se à disposição do produtor mais informações sobre o efeito do fogo em vários componentes ambientais. Para quem depende da terra para produzir, certos tipos de fogo são inevitáveis, mas outros poderiam ser minimizados ou totalmente evitados.

#### 4 - CONCLUSÃO

Se os assentamentos de reforma agrária na tradicional região cacauceira da Bahia representam risco ambiental, não há qualquer evidência de que o risco seja maior do que representaria a terra na posse de outras categorias de produtores. Já no passado, a Mata Atlântica regional tem sofrido o golpe devastador dos grandes proprietários na implantação de novas áreas de cacau através da derruba total da floresta e extração de madeira, atividade que se repete atualmente, transformando remanescentes florestais em pastagens extensivas.

É importante destacar que a maior ameaça atualmente observada nos assentamentos deve-se à lentidão do governo na desapropriação de áreas e emissão de posse das terras desapropriadas. É neste período de incertezas e conflitos que os grupos, desprovidos de coordenação e de projetos de uso da terra, lutam desordenadamente para extrair da natureza a sobrevivência.

O uso do fogo na agricultura está, em parte, associado à falta de alternativas para o pequeno produtor preparar uma área nova, após a derrubada da vegetação arbórea. Além das implicações de natureza socioeconômica, a prática da derrubada e queimada está impregnada na cultura rudimentar do cultivo da terra, tanto em pequenas quanto em grandes

<sup>6</sup> Segundo o Código Florestal de 1965, letra "a", "...as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério de autoridade competente." No parágrafo 1, acrescenta-se que "computar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de porte arbóreo, sejam frutíferos, ornamentais ou industriais". Entretanto, pelo Decreto 750 da Presidência da República, de 10.2.93, nos Art. 1 e 6, "ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médio de regeneração da Mata Atlântica" sendo de iniciativa do IBAMA a definição daqueles estágios. Já na Resolução 240, de 16 de abril de 1998, o Conselho Nacional do Meio Ambiente determina "a imediata suspensão das atividades madeireiras ... bem como de qualquer tipo de autorização de exploração ou desmate de florestas nativas ... na área de Mata Atlântica do Estado da Bahia".

propriedades. É preciso encontrar formas de uso da terra que permitam a sobrevivência e o desenvolvimento dos cidadãos, ao mesmo tempo em que conservem os recursos naturais utilizados, tais como solo, água e plantas. Em muitos casos, o uso do fogo é produto do espontaneísmo. A falta de gestão ambiental adequada permite a combinação inadequada entre cultivos e manejo dos recursos. Os ganhos com a limpeza que o fogo propicia, por exemplo, devem ser estimados e confrontados com os ganhos provenientes do material orgânico adicionado ao solo através dos resíduos. As estimativas matemáticas, entretanto, dificilmente contemplarão efeitos simbólicos que, em muitos casos, são decisivos para o uso do fogo.

Enfim, a questão ambiental exige que se trabalhe, simultaneamente, em várias frentes: social, tradicional, educacional, política e particularmente ética, rumo a novos valores na interrelação ambiental. A proposta de se redirecionar os valores ambientais para uma visão ecocêntrica, entretanto, não se apresenta como uma saída promissora para o desenvolvimento sustentável; tampouco a opção pela abordagem tecnocêntrica. Ambas dizem respeito a sistemas insustentáveis (entenda-se sustentabilidade do ponto de vista socioambiental). Há que se pensar num modelo de sustentação dos recursos naturais e do componente humano, conjuntamente, numa abordagem socioambiental.

Levando-se ao extremo os valores do ecocentrismo, a sustentabilidade ideal realizar-se-ia na intocabilidade da natureza (domínio dos valores preservacionistas), pressupondo a inexistência do elemento humano, por ser ele visto como exterior e perturbador do ambiente natural. Tal perspectiva pressupõe a existência de uma ordem natural que é violada toda vez

que ocorre um encontro entre o ser humano e os componentes naturais. A presença do elemento humano é, assim, um mal necessário, e os problemas ambientais decorrentes dessa presença podem ser minimizados através da manutenção de santuários naturais intocáveis, tais como as reservas naturais.

Enquanto isto, numa perspectiva oposta, a abordagem tecnocêntrica pretende subjugar o natural ao domínio da técnica. Aqui, sustenta-se a destruição da natureza em nome de um suposto progresso/desenvolvimento e de supostas necessidades humanas. O elemento humano coloca-se arrogantemente no centro de um ambiente cujos recursos são inesgotáveis e, por isto, esquecidos do processo social.

Numa perspectiva socioambiental, os valores conservacionistas atuam como diretrizes da ação humana. Componentes naturais e humanos interagem, definindo ambientes específicos. A suposta ordem natural é uma ficção humana e ambientes específicos estão sujeitos à degradação, à conservação temporária ou ao enriquecimento, num contínuo processo de interação entre o componente humano com os demais componentes ambientais. Trabalha-se na perspectiva de finitude dos recursos e, daí, os componentes ambientais são vistos como essenciais no planejamento da ação humana. O estado de equilíbrio ambiental não passa de mais uma ficção da mente humana. Os componentes ambientais vivem em constante interação e reação, com ou sem a presença do ser humano. O suposto equilíbrio constitui apenas um conjunto de características presentes em determinado momento do ecossistema que, na fantasia humana, caracterizam um estado de equilíbrio. Nada garante que tais características se mantenham com ou sem a atuação humana.

Enquanto que nas perspectivas ecocêntrica e tecnocêntrica a questão ambiental é desintegrada da vida real, na perspectiva socioambiental tal questão é sistêmica, integrada com o pensar e fazer diário; está presente no dia-a-dia de cada um, individual e coletivamente, e não em eventos esporádicos, isolados do contexto social, como se caracterizam as chamadas reservas naturais ou as "bandeiras" de preservação da natureza. Não é que estas não sejam valoradas, mas são detalhes!

Enquanto que na visão ecocêntrica a salvação dos recursos naturais, como a biodiversidade, é um parâmetro de sustentabilidade e um FIM em si mesmo, e na visão tecnocêntrica os mesmos recursos podem ser suplantados pela técnica, na visão socioambiental pressupõe-se que a conservação desses recursos seja um MEIO necessário para a elevação da qualidade de vida humana. Na primeira abordagem, o elemento humano é estranho e perturbador do ambiente; na segunda abordagem, os componentes naturais são detalhes no processo do desenvolvimento humano; enquanto que na terceira abordagem o elemento humano é um componente intrínseco ao ambiente, podendo e devendo conviver e interagir pacificamente com os demais componentes ambientais.

Desde a origem do ser humano, não se pode pensar o ambiente sem a presença do elemento humano. O ambiente sem o componente humano pode até existir, mas não pode ser conhecido a não ser na fantasia humana. A simples presença do investigador, no processo do conhecimento, altera com maior ou menor intensidade o suposto ambiente natural.

As conclusões a que se chega neste trabalho, embora tenham como referencial empírico uma situação específica da Mata Atlântica e, mais concretamente, na região do cacau, acredita-se que sua validade seja extensiva a outros ecossistemas. Pressupõe-se que as relações homem-natureza não sejam impostas por fatores físicos, muito embora estes exerçam importantes condicionamentos. Vale, entretanto, discutir, teórica e empiricamente, a problemática em outras regiões, inicialmente naquelas produtoras de cacau, especialmente na Região Amazônica, em estados como Rondônia, Pará e Maranhão, onde, além do mais, se concentra o maior número de famílias assentadas, a partir de meados dos anos 80 (Schmidt et al., 1998; MST, 1999), avançando depois para outros sistemas agroflorestais, verificando-se em que medida o esquema proposto é válido para diferentes valores e tradições culturais e diferentes condicionantes físicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA, Salvador, v. 9, 1995.
- CALDART, R. S. *Educação em movimento*; formação de educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997. 179p.
- CRAIG, D. Social impact assessment: politically oriented approaches and applications. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 10, n. 1/2, p. 37-54, 1990.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [on line]. 1999. Disponível: <http://www.mst.org.br/historico/historia10.htm>.
- \_\_\_\_\_. *Textos de estudos*. São Paulo, 1997. 46 p. (Caderno de Formação, n. 25)
- SCHMIDT, B. V., MARINHO, D. N. C., ROSA, S. C. Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. p.13-112.

- SCHMINK, M. **The rationality of tropical forest destruction.** Gainesville: University of Florida. Center for Latin Studies, 1987. 20 p.
- SEM terra. **Jornal dos Trabalhadores Rurais**, v.16, n. 174, p. 7, nov. 1997.
- SEM terra. **Jornal dos Trabalhadores Rurais**, v.16, n. 175, p. 7, dez./jan. 1997/98.
- STONICH, S. C. The dynamics of social processes and environmental destruction. **Population and Development Review**, v. 15, n. 2, p. 269-296, 1987.
- TREVIZAN, S. D. P., SILVA JR., M. F. Mudanças socioeconômicas e ambientais associadas à enfermidade na lavoura do cacau na Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 1995.

